



Paulo Roberto Ferreira Motta

Regulação e universalização dos serviços públicos

Análise crítica da regulação da energia elétrica
e das telecomunicações

Área específica

Direito administrativo econômico

Áreas afins

Direito público

Direito administrativo

Direito constitucional

237 páginas

ISBN 978-85-7700-265-8

Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O presente livro apresenta o conceito jurídico de regulação e procede uma análise crítica da mesma em dois setores dos serviços públicos (energia elétrica e telecomunicações), analisando, criticamente, que os modelos adotados pelas leis brasileiras não cumpriram o prometido, ou seja, a universalização dos serviços públicos. Longe de encerrar a discussão, pretende dar início a um novo debate, qual seja, de que a universalização dos serviços públicos passa, necessariamente, pela valorização da cidadania e de uma nova qualificação jurídica do cidadão-usuário dos serviços públicos, cujos direitos fundamentais o tornam uma pessoa diferente do simples consumidor. Encara também que o processo de regulação levado a efeito dos serviços públicos brasileiros procura mascarar o seu forte conteúdo ideológico, muitas vezes antinômico aos reais interesses da cidadania.

Paulo Roberto Ferreira Motta

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná e de Direito Administrativo Econômico do Instituto Romeu Felipe Bacellar. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Procurador do Estado do Paraná através de Concurso Público de Provas e Títulos. Advogado especializado em Direito Público.

Sumário do livro:

Primeiras palavras

O instituto jurídico da regulação

- O conceito de regulação
- A questão semântica
- A regulação na doutrina estrangeira
- Uma reflexão sobre os aportes doutrinários estrangeiros
- A regulação na doutrina brasileira
- O conceito deste trabalho
- O processo administrativo da regulação
- O processo administrativo da regulação: audiências e consultas públicas nas agências reguladoras: controle social ou déficit democrático?
- A limitação mínima, média ou máxima da liberdade e da propriedade
- A opção ideológica do legislador
- A funcionalidade e racionalidade do mercado
- Uma indagação: qual a razão de a regulação ser apresentada como algo novo e revolucionário?

A regulação e a regulação neoliberal

- Introdução
- A regulação como ideologia
- A crise do Estado Social
- A transferência de modelos jurídicos
- A fuga do Direito Administrativo
- O “poder regulador” e a função regulatória
- Função regulatória
- A delegificação

A universalização na Constituição Federal

- Introdução
- A universalização como princípio nuclear do serviço público
- Da noção de serviço público
- A reserva constitucional dos serviços públicos
- A universalização prometida
- O cidadão-usuário como sujeito da regulação e da universalização material dos serviços públicos
- Os vícios de origem
- A não-regulação do setor elétrico
- O *kit* regulatório das telecomunicações

As estruturas do serviço público

- Introdução
- O compartilhamento
- A indevida transferência de regime jurídico
- Da tributação do uso de bens públicos por prestadoras de serviços públicos
- Outras considerações necessárias
- Da natureza jurídica dos valores cobrados
- Do interesse local
- A competência da União para fixação das tarifas e o equilíbrio econômico nos contratos de concessão
- O artigo 19, III, da Constituição Federal
- Privilégios fiscais expressamente vedados pelo texto constitucional
- Da cobrança sobre bens públicos federais
- A função social da propriedade

Penúltimas palavras

Referências